

III — Experiência profissional:

Técnica Superior:

Admitida na carreira e na função pública, em 16/09/1986, como técnica superior de 2.ª classe, para o exercício de funções na área de recursos humanos, área onde se manteve ao longo dos anos em diversos órgãos e serviços, designadamente, da Educação, Trabalho e Emprego, Segurança Social e saúde, tendo desempenhado nomeadamente, as seguintes atividades:

Pareceres sobre matérias de regime geral da Administração Pública e de regimes especiais;

Pareceres sobre projetos de leis orgânicas de serviços;

Pareceres e participação na elaboração de projetos/propostas de diplomas;

Promoção e elaboração de orientações aos serviços, no sentido do esclarecimento e da interpretação de legislação bem como da transmissão de procedimentos a seguir;

Júri de concursos/procedimentos concursais, inclusive de pessoal dirigente;

Elaboração de peças processuais em Contencioso Administrativo;

Instrução de processos de inquérito e disciplinares;

Participação no sistema integrado de avaliação e desempenho da Administração Pública (SIADAP): elaboração de pareceres, administradora do GEADAP, participação no Conselho Coordenador da Avaliação, em Comissão Paritária e avaliadora, bem como no início da implementação do SIADAP médico, participando na elaboração do Manual de Apoio bem como nas FAQ;

Participação em processo de negociação coletiva bem como na elaboração de Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.

Dirigente:

Desempenhou, designadamente, os seguintes cargos dirigentes:

Diretora da Unidade de Apoio Jurídico e Contencioso, Departamento de Recursos Humanos, do Instituto da Segurança Social, IP (de 1/03/2011 a 30/12/2011);

Chefe de Divisão de Pessoal e Expediente e Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Instituto do Desporto de Portugal, I. P. (janeiro de 2007 a 30/11/2008);

Diretora de Serviços de Recursos Humanos, da Direção Regional da Saúde, da Região Autónoma dos Açores (RAA) (8/05/2000 a 18/12/2000 e 31/01/2003 a 20/06/2005)

Diretora Regional da Saúde, da RAA (19/12/2000 a 30/01/2003);

Diretora de Serviços da Administração Regional, da Direção Regional de Organização e Administração Pública da RAA (10/05/1999 a 7/05/2000);

Diretora de Serviços de Pessoal, Direção Regional de Administração Escolar, da RAA (18/07/1989 a 8/02/1993).

Formação Profissional:

Possui o “Curso de Alta Direção da Administração Pública”, no âmbito do qual frequentou com aproveitamento o “Diploma de Especialização em Liderança e Gestão de pessoas” e diversa formação, destacando, as seguintes: “Gestão de recursos humanos”, “Feitura das leis”, “A função da gestão”, “Auditoria de Recursos Humanos”, “Direção e Liderança”, “Técnicas de Avaliação de desempenho na Administração Pública”, “Código de Procedimento Administrativo e “Contencioso Administrativo”.

Formadora:

Foi formadora, na área de recursos humanos, do então Centro Integrado de Formação da Administração Pública, da Região Autónoma dos Açores bem como do Instituto Nacional de Administração, IP, em ações de formação nas áreas do Direito Administrativo e regime jurídico da função pública.

209903696

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 12348/2016

Por deliberação do Conselho Diretivo de 22 de setembro de 2016 e nos termos dos artigos 45.º e seguintes da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, torna-se público que Gonçalo Filipe Cabaço dos Santos Gevelho concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para desempenho de funções de enfermeiro

da carreira especial de Enfermagem, posição remuneratória entre a 1.ª e 2.ª e entre a 15 e 19 da categoria, em lugar do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., ACES Pinhal Litoral, reportando-se o seu início a 1 de abril de 2016.

27 de setembro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

209902578

Aviso n.º 12349/2016

Nos termos dos artigos 45.º e seguintes da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Susana Maria de Oliveira Ferreira das Neves celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, considerando-se cumprido o período experimental ao abrigo do artigo 19.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, para desempenho de funções de enfermeira da carreira especial de Enfermagem, posição remuneratória entre a 1.ª e 2.ª e entre a 15 e 19 da categoria, em lugar do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., ACES Pinhal Litoral, reportando-se o seu início a 1 de outubro de 2016.

29 de setembro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

209905331

Despacho (extrato) n.º 12065/2016

Por Despacho de 04 de agosto de 2016, do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, por sub-delegação de competências, foi autorizada, pelo período de um ano, a acumulação de funções privadas, em horário pós-laboral, no Laboratório Silva e Monteiro 2, SA, em Coimbra, ao Enfermeiro Vítor Jesus Marques, nos termos e ao abrigo dos artigos 22 e 23 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, sem prejuízo do cumprimento da carga horária semanal de 35 horas a que está vinculado.

29 de setembro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

209905315

Despacho (extrato) n.º 12066/2016

Por Despacho de 04 de agosto de 2016, do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, por sub-delegação de competências, foi autorizada, pelo período de um ano, a acumulação de funções privadas, em horário pós-laboral, na Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão, ao Enfermeiro, Ernesto Manuel Julião Gomes, nos termos e ao abrigo dos artigos 22 e 23 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo do cumprimento da carga horária semanal de 35 horas a que está vinculado.

29 de setembro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

209905259

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 12350/2016

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 2619/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 38, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2015, com a trabalhadora Sónia Cristina da Piedade Freire, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Almada/Seixal, com a remuneração base de 1.252,71€ (mil duzentos e cinquenta e dois euros e setenta e um cêntimos), e que se situa entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória da respetiva categoria.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Margarida Conceição Sota — Enfermeira Chefe
1.º Vogal Efetivo: Carla Elizabete Pinto Mendes Vidinha — Enfermeira

2.º Vogal Efetivo: Elsa Patrícia Lopes Brito — Enfermeira
1.º Vogal Suplente: Isabel Maria Lopes Grelo — Enfermeira
2.º Vogal Suplente: Maria Clara Lopes Aires — Enfermeira

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

29 de julho de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.
209905201

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso (extrato) n.º 12351/2016

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., de 22 de junho de 2016, foi autorizada a licença sem remuneração pelo prazo de um ano, com efeitos a partir de 15 de julho de 2016, à licenciada Rita Esquível Correia Guedes Infante da Câmara, do mapa de pessoal deste Instituto.

30 de setembro de 2016. — O Coordenador de Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.
209904384

Aviso (extrato) n.º 12352/2016

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., de 22 de junho de 2016, nos termos do n.º 6 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, na sua redação atual, dada pela Lei n.º 128/2015 de 3 de setembro, a licenciada Rita Esquível Correia Guedes Infante da Câmara cessa, a seu pedido, com efeitos a 15 de julho de 2016, o exercício do cargo dirigente em regime de substituição que ocupava no Gabinete de Certificação e Acreditação, passando à situação de licença sem remuneração, autorizada pelo mesmo órgão, na mesma data.

30 de setembro de 2016. — O Coordenador de Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.
209904457

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 12353/2016

Procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho com vínculo jurídico de emprego público, por tempo indeterminado, na categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de genética, no Departamento de Genética Humana.

1 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA) Dr. Fernando de Almeida, de 17 de junho de 2016, no âmbito das suas competências, se encontra aberto, pelo período de 15 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de genética, no Departamento de Genética Humana, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

2 — Foi dado cumprimento ao previsto no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, por aplicação do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, tendo a entidade gestora do sistema de requalificação (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA), expressamente declarado a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

3 — Local de Trabalho: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa.

4 — Identificação e caracterização do posto de trabalho: as funções a desempenhar enquadram-se no âmbito das competências inerentes

ao Departamento de Genética Humana, ao qual compete desenvolver atividades no domínio dos determinantes genéticos da saúde e da doença, designadamente através de abordagens de índole epidemiológica, clínica, citogenética, bioquímica ou de genética molecular, e garante o planeamento e a execução do programa nacional de diagnóstico precoce, conforme previsto no artigo 8.º do Anexo à Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio.

4.1 — O conteúdo funcional do lugar a prover é o constante do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, nomeadamente, execução de projetos I&D; transferência tecnológica e sua implementação na Unidade; orientação técnica de estagiários e realização de ações de formação e promoção da cultura científica.

5 — Posicionamento remuneratório: Correspondeente ao escalão e índice salarial da tabela constante no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, com a atualização resultante da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com as limitações impostas pela Lei do Orçamento do Estado (LOE) para o ano de 2016, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

5.1 — Remuneração base de referência: 1.623,22€

6 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho objeto de recrutamento e daqueles que vierem a ocorrer, no prazo de um ano, a contar da data de publicação do aviso de abertura.

7 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

a) Ser detentor de vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido ou encontrar-se em situação de requalificação e possuir os requisitos enunciados no artigo 17.º da LTFP.

b) Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em situação de requalificação, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

c) Ser detentor de habilitação profissional que confere o grau de especialista no ramo de genética.

8 — Formalização de candidaturas:

Através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica do INSA, em www.insa.pt na funcionalidade “Quem somos — instrumentos de gestão — admissão de pessoal”.

O candidato deve identificar, inequivocamente, no formulário de candidatura o posto de trabalho pretendido com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar.

8.1 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel.

8.2 — A entrega da candidatura poderá ser efetuada:

— Pessoalmente no Serviço de expediente, na morada indicada no ponto 3, com indicação exterior de Procedimento concursal — Aviso n.º --, de --”, no período compreendido entre as 09H30M e as 16H30M; ou,

— Através de correio registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a morada indicada no ponto 3, situação em que se atenderá à data do respetivo registo, endereçado à Direção de Gestão de Recursos Humanos, sita na Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, com indicação exterior de “Procedimento concursal — Aviso n.º --, de --”;

8.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) Curriculum profissional, atualizado, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, morada, contactos, incluindo endereço de correio eletrónico, número do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, habilitações literárias e profissionais, funções que exerce, bem como as que exerceu, quando exista experiência profissional, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação da entidade promotora, data de frequência e duração;

b) Documentos comprovativos das habilitações académicas e profissionais;

c) Documentos comprovativos da formação profissional, nos termos do exigido na parte final da alínea a) deste ponto;

d) Declaração emitida pelo serviço de origem, devidamente atualizada, da qual conste de maneira inequívoca, a modalidade da relação jurídica